É designado o dia 3 de Dezembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

9 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Santos Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Cristina Cunha*.

2611059372

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENICHE

Anúncio n.º 7397/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 21/07.2 TBPNI

Insolvente/devedor BERLENGAMAR — Ind. Com. Viveiros Equipamento Hotelaria, L.da, número de identificação fiscal 502774711, com endereço na Rua da Pedreira, 5, Atouguia da Baleia, 2525-000 Atouguia da Baleia, Peniche.

Credor — PENIVAPOR — Montagens de Vapor, L.da, e outro(s).
Administrador da insolvência — Jorge Fialho Faustino, com endereço na Rua da Capela, sem número, Benedita, 2475 Benedita.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho datado de 12 de Outubro de 2007.

Efeitos do encerramento — artigo 230.º, n.º 1, alínea d), do CIRE, insuficiência da massa para satisfazer as custas do processo e as dívidas da massa insolvente.

15 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Filipe A. C. Osório Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Manuel Sousa Policarpo*.

2611059215

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio n.º 7398/2007

Encerramento do processo de insolvência n.º 9024/05.0TBVFR

Insolventes — Manuel César Gomes Serra, casado em regime de comunhão geral de bens, nascido em 28 de Fevereiro de 1944, na freguesia de Paços de Brandão (Santa Maria da Feira), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 175745161, bilhete de identidade n.º 2663033, com endereço na Rua da Ponte Nova, 527, 4535 Paços de Brandão, e Ozita da Silva Vilar, casada em regime de comunhão geral de bens, nascida em 18 de Dezembro de 1945, na freguesia de São João de Ver (Santa Maria da Feira), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 175745153, bilhete de iden-

tidade n.º 605583, com endereço na Rua da Ponte Nova, 527, 4535-000 Paços de Brandão.

Administrador da insolvência — Manuel Jaime Fernandes, com endereço na Rua do Visconde de Setúbal, 242, 1.º, direito, traseiras, 4200-498 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento — os previstos nos termos do disposto no artigo 233.º do CIRE.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Marta Monterroso Nery*. — O Oficial de Justiça, *Paula Vieira*.

2611059209

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio n.º 7399/2007

Insolvente — Flor de Paços de Brandão — Padaria e Pastelaria, L.da, número de identificação fiscal 505831163, com endereço no Largo da Mata, 5, 4535-276 Paços de Brandão.

Administrador da insolvência — Dr.ª Conceição Santos, com endereço na Rua de São Nicolau, 2, Sl, 102, 1.º, 4520-248 Santa Maria da Feira.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 6 de Novembro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores e apreciação do relatório, a que se refere o artigo 156.º do CIRE.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

3 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *Dalila Almeida*.

2611059544

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 7400/2007

Insolvência de pessoa singular (apresentação) Processo n.º 132/07.4TBSTS

Insolvente — António Rodrigues Castelo Branco e outros.

Presidente da comissão de credores — António José Mendes da Costa Ortiga e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolventes António Rodrigues Castelo Branco, casado, natural de Portugal, concelho de Ponte da Barca, freguesia de Britelo (Ponte da Barca), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 167042939, bilhete de identidade n.º 3818617, com endereço na Rua do Souto, 81, Alvarelhos, 4785-000 Trofa, e Júlia Maria Gonçalves Torres, casada, natural de Portugal, concelho da Trofa, freguesia de Guidões (Trofa), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 150616988, bilhete de identidade n.º 6937091, com endereço na Rua do Souto, 81, Alvarelhos, 4785-000 Trofa, ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi preferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado Jorge Ruben Rego, com endereço na Rua de Álvaro Castelões, 821- S/3.2, 4450-043 Matosinhos.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência) a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desem-

pregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessação;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

15 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Porfirio Vale*. — O Oficial de Justiça, *António Borges*.

2611059546

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES NOVAS

Anúncio n.º 7401/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 778/07.0TBTV

Insolvente — SANIPEC — Produtos para Pecuária, L.^{da}
Credor — Direcção-Geral de Impostos e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — SANIPEC — Produtos para Pecuária, L.^{da}, número de identificação fiscal 500674736 e endereço na Rua do Conselheiro Real, Zibreira, 2335-000 Torres Novas.

Administradora da insolvência — Dr.^a Maria Teresa Martins Revês, endereço na Estrada de Benfica, 388, 2.º, esquerdo, 1500-001 Lisboa.
Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por manifesta insuficiência dos bens que compõem a massa insolvente, nos termos do disposto no artigo 232.º, n.º 2, do CIRE.

Efeitos do encerramento — os constantes do artigo 233.º do CIRE.

25 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sílvia Rosa Pires*. — O Oficial de Justiça, *Maria Regina*.

2611059181

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

Anúncio n.º 7402/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 2175/07.9TBVCT

Requerente — Pascoal Silva da Costa.
Insolvente — Sá & Peixoto, L.^{da}

No 1.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, no dia 28 de Setembro de 2007, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Sá & Peixoto, L.^{da}, número de identificação fiscal 503209830, com sede em Campo da Areia, 257, rés-do-chão, esquerdo, frente, Monserrate, 4900-530 Viana do Castelo, mas sendo fixada residência da devedora na Rua dos Carreiros, lugar de Milhões, Vila de Punhe, Viana do Castelo.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. José da Costa Araújo, com endereço na Rua de José António P. P. Machado, 369, 1.º, esquerdo, 4750-000 Barcelos.

São administradores do devedor Manuel António Peixoto Amorim, casado, número de identificação fiscal 147339200, bilhete de identidade n.º 3831018, com endereço na Rua dos Carreiros, Milhões, Vila de Punhe, 4905-644 Vila de Punhe, e Rosa Branca Martins Sá Amorim, casada, número de identificação fiscal 148186491, bilhete de identidade n.º 5745905, com endereço na Rua dos Carreiros, lugar de Milhões, Vila de Punhe, 4900-000 Viana do Castelo.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

1 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Eduarda Soares Costa Cotinho*. — O Oficial de Justiça, *Maria Natividade Costa*.

2611059488

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Rectificação n.º 1905/2007

Em aditamento ao anúncio n.º 5700/2007, com a referência n.º 7228796, de 25 de Julho de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 24 de Agosto de 2007, e por despacho proferido em 18 de Setembro de 2007, foi ordenada a rectificação da identificação do juízo onde corre termos a presente insolvência, que deveria constar 5.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia e não 4.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia.

1 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Isabel Teixeira Silva*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Anselmo*.

2611059220

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 7403/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 373/07.4TYVNG

Insolvente — CHENILLATEX — Fios, S. A.

No 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, no dia 3 de Outubro de 2007, pelas 14 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora CHENILLATEX — Fios, S. A., número de identificação fiscal 500626804, Rua do Engenheiro Frederico Ulrich, 2694, 4470-605 Moreira, Maia.

São administradores do devedor Justino José Ramos Gonçalves de Azevedo, Senra, Ruivães, 4760 Vila Nova de Famalicão, José Manuel Marques Moreira, lugar da Breia, 4760 Vila Nova de Famalicão, e Cristina Morgado Machado Marques, Rua da Fontinha, 300, Alfena, 4440 Valongo.

Para administrador da insolvência é nomeado Américo Fernandes de Almeida Torrinha, lugar da Cidade, 286, 4760-247 Joane.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).